

Eixo Temático ET-11-019 – Outros

O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Gabriela Kratsch Sgarbossa

Pós-Graduanda em Arquitetura Sustentável – Projeto e Ambiente Construído (PUCPR);
e-mail: gabriela.sgarbossa@hotmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de conhecer e interpretar as principais teorias acerca dos temas espaços públicos, áreas centrais, desenvolvimento urbano sustentável e demais assuntos relacionados. Deste modo, a metodologia de trabalho adotada é estruturada em uma vertente processual que busca desvendar, de maneira essencialmente teórica e descritiva a influência dos espaços públicos centrais para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. A bibliografia utilizada indica que a sociedade contemporânea passa por diversas transformações decorrentes de um esgotamento dos modelos culturais e urbanísticos vigentes, baseados na individualidade, no consumo, na ocupação territorial de baixa densidade e na valorização do carro como meio de transporte, gerando um estilo de vida insustentável. O novo modelo social em formação possui necessidades diferenciadas, e que para atender as demandas desta população, se faz necessário repensar a função dos espaços públicos para as novas gerações, buscando propor novos lugares multifuncionais, de modo a contemplar com flexibilidade diversas atividades e usos, buscando soluções que procurem exaltar a tradicional função dos espaços públicos brasileiros como elemento integrador de pessoas, traçados e usos, bem como buscar soluções social e ecologicamente corretas, procurando promover a utilização de materiais e técnicas que contribuam para a estruturação de um meio urbano mais saudável e sustentável.

Palavras-chave: Espaços urbanos; Áreas centrais; Sustentabilidade integrada.

INTRODUÇÃO

Considera-se que as cidades sejam a maior invenção já produzida pelo homem e que sua essência reside na concretização de encontros e trocas interpessoais. A sociedade contemporânea vivencia um momento histórico de transição. Desde o ano de 2007 mais de 50% da população mundial habita primordialmente em áreas urbanas e projeta-se que até 2050 mais de 75% da população viva em cidades (SOUZA; AWAD, 2012). Entretanto, as forças de mercado, as ideologias dominantes do planejamento urbano e as tendências arquitetônicas dos últimos cinquenta anos vêm sistematicamente reduzindo e ameaçando a função tradicional do espaço da cidade como local de encontro e fórum social (GEHL, 2010), promovendo assim um meio urbano segregador e excludente.

O desenvolvimento de um modelo urbanístico baseado nos subúrbios norte-americanos, com grandes áreas de ocupação pouco densa, distantes dos centros tradicionais e totalmente dependentes de transporte automotor, promoveu desde a segunda metade do século XX um crescente esvaziamento dos centros tradicionais, tornando-os assim, espaços degradados e sem atrativos (SAKATA, 2011). É notável a perda de significado e importância do espaço público, que toma apenas a função de

fluxos de automóveis e pessoas, automatizados e indiferentes. Os lugares estão distantes das relações humanas, preenchidos de violência, intolerância e medo. Os moradores não se identificam com o lugar, não existe mais espaço para a troca de experiências e o lazer se confunde com o consumo. (BARBOSA e NASCIMENTO JÚNIOR, 2005).

Se é fato que o espaço urbano reflete a organização socioeconômica de um país, então a constante degradação das áreas coletivas é reflexo de políticas governamentais que privilegiam os interesses de classes mais abastadas e que promovem a exclusão social. Essa segmentação socioespacial pode ser considerada como a razão para o acesso a serviços públicos de baixa qualidade e um dos fatores que contribuem para a sedimentação de um universo de vulnerabilidade socioambiental (MARTINS, 2013).

A parcela da sociedade que possui maior poder aquisitivo é servida por soluções de mercado que incorporam as funções de lugares de encontro e exercício de cidadania. Os excluídos ocupam as áreas abandonadas e, mesmo ilhados, despertam o medo em outros estratos da sociedade que relacionam as classes menos abastadas simultaneamente com o mercado de trabalho e com a realização de atividades ilícitas (HARDT e HARDT, 2015).

O abandono das áreas centrais tradicionais, em benefício de um modelo diferenciado de urbanização, gera um gradual esvaziamento das áreas já consolidadas e a criação de novas centralidades (SAKATA, 2011). Estas ações impulsionam a subutilização das estruturas urbanas existentes, criando um modo de viver que demanda muito mais energia e investimentos em infraestrutura, principalmente para transportes, além de estimular uma cultura individualista, produzindo um modo de viver insustentável.

Para Souza e Awad (2012), a gestão do território urbano deveria ser baseada em um ciclo fechado, assim como na natureza. Em um ciclo de vida contínuo não há desperdício, tudo se recicla, gerando assim um processo produtivo, que se torna mais eficiente, por utilizar menos recursos finitos do planeta e reutilizar recursos já transformados. Assim, os espaços urbanos que se tornam obsoletos e degradados deveriam passar por um processo de “reciclagem” territorial, otimizando as estruturas atuais, promovendo a regeneração da urbe e promovendo um novo modelo de cidade compacta e, portanto, mais sustentável.

As novas demandas sociais exigem o desenvolvimento e aplicação de novas teorias de urbanização. De acordo com Matos (2010), a recuperação das áreas centrais e dos seus espaços públicos contribui para a melhoria da imagem da cidade, perpetuando a sua história e criando um sentimento de comunidade e pertencimento. Lugares qualificados estimulam o desenvolvimento socioeconômico e valorizam a qualidade de vida e a vivência cidadã, atraindo, assim, recursos humanos preparados para a introdução de mais inovação nos ambientes urbanos.

Neste contexto, surge a necessidade de estudar e desvendar qual é o significado dos espaços públicos para a sociedade do século XXI, e qual a sua atribuição na construção de uma sociedade e conseqüentemente de uma cidade, mais saudável, sustentável e justa.

OBJETIVO

Diante da problemática de esvaziamento e degradação das áreas centrais urbanas, bem como da crescente preocupação com as condições ambientais do nosso planeta, este trabalho propõe, a partir de um breve ensaio teórico, identificar, analisar e interpretar as principais teorias e conceitos acerca do tema espaços públicos

urbanos e compreender como os mesmos podem contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável.

METODOLOGIA

Baseado na identificação do problema central desta pesquisa, buscou-se a identificação e interpretação das principais abordagens e discussões relacionados aos temas estruturantes do estudo. O caráter deste trabalho é essencialmente exploratório e descritivo, para atingir os objetivos propostos de maneira satisfatória, realizou-se a análise bibliográfica com fontes em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e outras fontes secundárias, afim de compreender as principais hipóteses e fundamentos pertinentes ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de estar intrinsecamente relacionada com lugares e intervenções historicamente consolidadas na área de planejamento urbanístico, a expressão espaço público é relativamente recente e ainda não possui uma definição rigorosa. De acordo com Ascher (1998) a denominação surgiu na França, em meados da década de 1970, baseada em uma abordagem de intervenção física que passa a valorizar a requalificação de áreas urbanas degradadas em oposição ao conceito de reabilitação destas áreas.

Cerqueira (2013) comenta que o termo “espaço público” ainda não possui uma definição rigorosa, afirmando que, de maneira generalista, é aquele não privado; entretanto, a autora também destaca que essa definição é insuficiente. Segundo as autoras Andrade, Jayme e Almeida (2009) os espaços livres só podem ser considerados públicos quando são embutidos de significado. Assim é possível afirmar que os espaços públicos são lugares de livre acesso na cidade, que dão suporte à vida comum, onde acontece a convivência entre diferentes, com a capacidade de expressar a vida e a história das cidades.

Lamas (2014), ainda diferencia os espaços públicos por sua função. Enquanto a rua é o espaço de circulação e movimento, a praça é o espaço de estar, de encontrar, de ver e ser visto. De acordo com Robba e Macedo (2002) a praça é um dos mais importantes espaços públicos da história da cidade brasileira, e mesmo que a relação das pessoas com a praça tenha se alterado com a evolução das cidades, o caráter social que caracteriza o espaço segue como sua principal qualidade.

A partir do momento em que os centros urbanos deixam de ser local de produção, ocorre o rebaixamento de nível das transações econômicas do lugar, contribuindo para a degradação e deterioração das estruturas físicas. Nesse interim, o espaço público perde sua função e posteriormente seu significado (VARGAS e CASTILHO, 2006). Para Alex (2011) é necessário que se devolva ao espaço público o seu verdadeiro sentido, permitindo que a vida pública encontre maneira de se manifestar em um espaço que é seu por direito, resgatando a praça como espaço de convívio, inclusão e lazer.

Quando as cidades se transformam em lugares inóspitos e subdivididos em funções, o lazer passou a se restringir a lugares e tempos pré-determinados, não se vivendo-o de maneira abrangente, fazendo parte do cotidiano. O modelo urbano atual apresenta duas possibilidades de modelo de lazer, a primeira delas como um privilégio de consumo, a segunda como uma entidade que faz parte do uso da cidade, estreitando a relação entre os cidadãos e entre a cidade.

Se o lazer humaniza as relações, é inevitável proporcionar condições ambientais para que ele ocorra naturalmente, portanto é necessário que haja uma retomada da

qualidade do espaço das cidades, sua multiplicidade de usos e de sua beleza. Deve haver uma reconquista de uma ideia de cidade que consiga conectar usos, funções e pessoas em segurança possibilitando um uso mais democrático e sustentável do espaço urbano (ROLNIK, 2000).

A preservação de bens históricos também influencia para que as cidades possam se desenvolver de uma maneira mais sustentável, já que reaproveitam estruturas consolidadas, valorizando a imagem da cidade e criando um senso de lugar nos habitantes. O grande diferencial das cidades é a riqueza econômica, social e cultural que provém da diversidade socioterritorial, essa interação entre pessoas e território gera inovação, que é o grande combustível para o desenvolvimento econômico nos dias atuais (SOUZA e AWAD, 2012).

O conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito, é o conceito proposto no relatório da Organização das Nações Unidas, conhecido como Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland. O texto propõe o desenvolvimento sustentável como o cerne de uma política econômica que possa atender as nossas necessidades atuais sem comprometer as necessidades das próximas gerações, dirigindo nosso desenvolvimento em favor da população mais pobre. O relatório propõe também os três pilares fundamentais do conceito de sustentabilidade: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social (CMMAD, 1987).

Equidade social é um conceito que pode ser definido pela busca pela justiça que trate cada indivíduo de acordo com sua natureza particular, propondo o respeito aos direitos de cada um. Esse conceito também se refere ao acesso da sociedade ao serviço público de saúde, educação, cultura, segurança, moradia e à ocupação profissional. A promoção de comunidades inclusivas e solidárias contribui para a construção de cidades economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis (PCS, 2013)

Para Souza e Awad (2012), o desenvolvimento das cidades brasileiras só será sustentável quando estas forem planejadas através de um viés social. Para tanto, é necessário promover a diversidade socioterritorial, de maneira que ao invés de produzir mais bens para as pessoas comprarem, crie-se mais oportunidades para elas viverem, transformando as cidades em espaços mais justos e inclusivos.

A falta de espaços públicos urbanos de qualidade, contribui para o processo de declínio das áreas urbanas. Quando a qualidade de um espaço decai, perde-se o hábito de participar da vida urbana, a segurança orgânica, percebida pela presença de outras pessoas no espaço, declina e as cidades se tornam menos hospitaleiras. Desaparece assim a noção de cidadania, a responsabilidade compartilhada que os cidadãos têm por um ambiente (ROGERS, 2014).

Se é fato que as estruturas urbanas influenciam o comportamento de seus habitantes, então a revitalização de áreas centrais, que ofereçam estruturas urbanas renovadas, com novas áreas de circulação e permanência, podem estimular que a população crie novos padrões de uso e se retome a apropriação de áreas que já pertenciam as cidades e aos próprios cidadãos.

Proporcionar ambientes urbanos com qualidade, é fundamental para que se exista uma vida urbana versátil e variada, portanto, se a vida no espaço urbano é reforçada e estimulada, criam-se os pré-requisitos para que se fortaleçam as atividades sociais e econômicas no espaço da cidade. Com o fortalecimento destas atividades, aliadas à valorização das redes de transporte ciclo viário e à priorização do transporte coletivo, diminui-se a quantidade de veículos de transporte individual nas ruas, melhorando a qualidade ambiental como um todo. Desta maneira, é possível atingir o

objetivo de qualificar as cidades como uma cidade sustentável, voltada para o bem-estar das pessoas que nela vivem (GEHL, 2013).

As novas exigências sociais impõem o desenvolvimento de um novo modelo urbano, que atenda às necessidades da coletividade, a partir da recuperação de áreas centrais, com vistas ao estímulo da troca de experiências e da convivência entre diferentes classes, transformando as urbes em lugares mais dinâmicos e interessantes para os seus habitantes. Assim, os espaços públicos precisam ser reconquistados como **lugares de representação coletiva da sociedade** e recriados para se tornarem **territórios de novas sociabilidades**, onde a simples convivência diária seja compreendida como algo a ser valorizado e desenvolvido (VIANA, 2010).

De acordo com Farah, Schlee e Tardin (2010), as intervenções no meio físico devem ser a base para a geração de novas referências e valores para as dinâmicas urbanísticas. Em uma época de transição, com constantes transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais, o espaço público deve refletir essas características, buscando a integridade com o desenho da cidade, a diversidade de soluções, a valorização das especificidades locais, a flexibilidade de usos e, acima de tudo, a valorização da vida comunitária.

CONCLUSÕES

A essência das cidades é promover encontros e trocas entre as pessoas que nela habitam. Entretanto, a criação de novos modelos de habitar aliados a adoção de tecnologias que supostamente tornam o ser humano mais individualista e insociável acabam por promover um esvaziamento de áreas centrais urbanas, limitando assim, essa característica integradora das cidades.

Lamas (2014) afirma que a praça é por excelência o local dos encontros, o lugar onde a vida na cidade acontece. Porém, com declínio das áreas urbanas centrais, associado com as novas formas de viver, o espaço público perde seu significado, perdem a sua função histórica de palco da cidadania, de lugar de ver e ser visto, de socialização e lazer, tornando-se degradado e local de exclusão, medo e atividades ilícitas.

É urgente a necessidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária, e a urbanização pode contribuir neste sentido, promovendo uma cidade que valoriza a população e sua memória, investindo na recuperação dos centros tradicionais, buscando a valorização de culturas locais e propiciando o acesso à educação, lazer e cultura a todas as camadas da coletividade.

A busca por um meio ambiente mais saudável e sustentável não deveria se basear apenas por um viés ambiental, bem como a arquitetura sustentável não deveria estar fundamentada somente na construção de edificações certificadas com um selo de origem internacional. No momento contemporâneo é imprescindível a busca por uma cidade mais equitativa, que estimule a convivência e a tolerância com o diferente, que ajude a criar oportunidades de desenvolvimento social.

Uma cidade sustentável é aquela onde existem ações efetivas para a melhoria da mobilidade urbana, com incentivos para o uso de meios de transporte não poluentes, onde se criam medidas com o objetivo de preservar os bens comuns, sejam eles naturais ou construídos, onde se proporcionam espaços e eventos culturais e de lazer que encorajam o contato entre as pessoas. As cidades, assim como organismos vivos, estão sempre evoluindo, e crer em uma cidade sustentável é crer no progresso da humanidade. A vida na cidade nos transforma, mas nós também temos o poder (e o dever) de

modificá-la a fim de construí-la de forma a contribuir com o bem-estar e a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Editora do SENAC-SP, 2011.

ANDRADE, L. T.; JAYME, J. G.; ALMEIDA, R. C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos Metr pole**, n. 21, p. 131-153, 2009.

ASCHER, F. **Metapolis**: acerca do futuro da cidade. Celta: Oeiras, 1998.

BARBOSA, V. L.; NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. Uma reflexão sobre a rela o entre ambiente urbano e sustentabilidade. **Revista Assentamentos Humanos**, v. 7, n. 1, p. 93-101, 2005.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociabilidade urbana**: apropria es e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. 2013. 122f. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2013.

FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. **Arquitetura paisagístico contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2010.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradu o de Anita Di Marco. 2, ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. **Paisagem Socializada**: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos. 2015. 536f. Relatório de pesquisa (Edital Ministério de Ciência, Tecnologia e Inova o – MCTI / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq / Ministério da Educa o – MEC / Coordena o de Aperfei amento de Pessoal de Nível Superior – CAPES N  18/2012 / Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7. ed. Lisboa: Funda o Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investiga o Científica e Tecnológica, 2014.

MARTINS, S. M. B. Medo e insegurança nas cidades: a violência no uso dos espaços públicos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 5, n. 2, p. 206- 227, 2013. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9743>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

MATOS, F. L. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: o caso da cidade do Porto. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 2, n. 4, p. 17-33, 2010. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/Espacos_publicos.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia Gestão Pública Sustentável - Equidade, justiça social e cultura de paz**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/biblioteca?combine=&field_eixo_target_id=33&field_tags_biblioteca_tid=All&language=All&page=1>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção QUAPÁ - Quadro do Paisagismo no Brasil).

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: Serviço Social do Comércio de São Paulo - SESC-SP (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC-SP; World Leisure, 2000. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2008/08/19/o-lazer-humaniza-o-espacourbano/>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

SAKATA, F. G. **Paisagismo urbano**: requalificação e criação de imagens. São Paulo: EDUSP, 2011. (Coleção QUAPÁ - Quadro do Paisagismo no Brasil).

SOUZA, C. L.; AWAD, J. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes**: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

VIANA, L. F. **Cidade (re)conquistada**: uma etnografia da (in)visibilidade de outros espaços urbanos. 2010. 101f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra – UC, Coimbra, 2010.